

A DISCIPLINARIZAÇÃO DA LITERATURA ANGOLANA HISTÓRIA, CÂNONES, DISCURSOS LEGITIMADORES E ESTATUTO DISCIPLINAR

Luís Kandjimbo

Universidade Gregório Semedo (Angola)

Instituto de Estudos Literários e Tradição – FCSH-UNL

1. PARA UMA HISTÓRIA DISCIPLINAR DA LITERATURA EM ANGOLA

Os fundamentos de uma história das disciplinas em Angola pro-
manam de uma modernidade endógena enquanto «modernidade
alternativa» a partir da qual se opera o triunfo da soberania episte-
mológica africana. Essa rutura brutal analisa-se em resistências e res-
postas à imposição de lógicas exógenas fundadas na racionalização
económica e política do Ocidente, durante o período da ocupação
colonial, salvaguardadas as diferenças da ação e políticas de países
europeus que, no século XIX, detinham colónias em África, nomea-
damente, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra e Portu-
gal. A história das disciplinas como domínio importante do ensino e
investigação apresenta um elevado potencial heurístico, pois permite
pensar a génese das matérias escolares, a duração dos processos de
escolarização e os acontecimentos que originam as metamorfoses
das disciplinas durante o processo de colonização. A gramática da
temporalidade com que operamos recolhe os seus pressupostos de
um robusto discurso historiográfico produzido no quadro mais geral
da História de África. Por isso, o esboço de uma história das disci-
plinas em Angola constitui uma exigência mínima, ao pretendermos

explicar os fenómenos que conformam o processo de disciplinarização da Literatura Angolana. Nesta medida, o meu objetivo consiste em investigar a história da Literatura Angolana enquanto disciplina escolar ou disciplina académica, cuja existência é filha da independência política e da edificação do Estado angolano. Deste modo, os subsídios das histórias disciplinares provenientes das fontes portuguesas servem os fins da nossa pesquisa, na medida em que a partir dos modelos educativos portugueses se torna possível explicar os processos de formação escolar dos sujeitos que, em determinado momento, assumem o papel de agentes de uma mudança social e cultural em Angola. Todavia, no contexto da situação colonial coexistem duas culturas subjacentes aos referidos processos de formação: uma cultura institucional colonial portuguesa e uma cultura maioritariamente bantu vivida pelas populações autóctones. Isto quer dizer que as literaturas orais em línguas vernáculas angolanas e a Literatura Angolana escrita em língua portuguesa coabitam, sendo que as primeiras precedem no tempo as restantes. Por isso, não tenho propriamente qualquer pretensão de realizar um estudo global sobre a história das disciplinas que seria uma tarefa gigantesca, se tivermos em atenção o facto de aquela ser apenas um momento parcial da história do fenómeno educativo em Angola.

Desde 1861, a única instituição que ministrava o ensino secundário era o seminário da Igreja Católica situado em Luanda. Quando em 1869 é criado o primeiro liceu de Angola – Lyceo Angolense – decorriam em Portugal as reformas do ensino que, entre 1836 e 1860, transformaram a sua paisagem escolar com a implantação dos estudos secundários modernos, após o aniquilamento do ensino jesuítico (Ramos do Ó, 2013). Tratava-se de uma instituição do ensino particular, na medida em que não existia na época qualquer estabelecimento do ensino secundário na colónia de Angola. Após a conclusão do ensino primário, os naturais de Angola deviam prosseguir os estu-

dos ao nível do ensino secundário e universitário ou em Portugal ou no Brasil. No anúncio publicado no *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, promotor da iniciativa, instava as famílias nos seguintes termos:

A necessidade dum estabelecimento desta natureza, desde muito tempo sentida nesta província, faz esperar que este seja concorrido e protegido pelos pais e famílias, que se compenetrarão da vantagem de dar a seus filhos uma instrução regular sem serem para isso obrigados às despesas incomparavelmente maiores que fazem os meninos mandados daqui para os colégios de Lisboa, onde estão longe das vistas e dos cuidados de suas famílias (*Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola*, 1869: 487).

O programa do «colégio de meninos» oferecido ao escrutínio das famílias propunha «um curso completo de estudos de Humanidades e outros necessários para a vida do comércio e para a de pilotagem», compreendendo várias disciplinas.

A estrutura deste plano de estudos obedece no essencial às disposições do regulamento geral dos liceus de 1860 vigente em Portugal e derrogações que se lhe seguiram, até à data da criação do Liceu Angolense. O núcleo literário das disciplinas escolares era constituído apenas pelo curso de Literatura Francesa e Literatura Portuguesa, ministrado no 5.º ano. Em Portugal, a reforma de Jaime Moniz (1894/1895) mantém a orientação clássica do ensino secundário. Introduce a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa elevando a sua carga horária, seguindo-se a disciplina de Língua Latina (cf. Proença, 1997). Após a proclamação da República, em 1910, sucederam-se várias reformas em 1918, 1919 e 1921, tendo esta última tido a duração de seis anos. Portanto, os liceus de Luanda e Lubango que surgem em Angola no século XX obedecem aos programas curri-

culares aprovados pelo regime republicano igualmente engajado na reforma da administração colonial.

O Liceu Central de Luanda foi criado em 1919, equiparando-se o seu funcionamento aos liceus de outras cidades de Portugal, a partir de 1924. A sua organização era regulada pelas disposições da Portaria n.º 81 de 1919 que estabelecia a repartição do ensino ministrado em dois cursos: o curso geral que abrangia cinco anos ou classes com duas secções e o curso complementar que abrangia as duas últimas classes, desdobrando-se em curso complementar de letras e curso complementar de ciências. As disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa, e Língua e Literatura Latina são lecionadas apenas na sexta e sétima classes dos cursos complementares. Com a reforma de 1921, mantém-se a estrutura dos cursos e a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Latina, tendo sido introduzidas algumas alterações na sua carga horária. Seguem-se os programas curriculares do curso geral e dos cursos complementares que são aprovados, respectivamente, em 1926 e 1929. Na disciplina de Português recomenda-se que o ensino das 4.^a e 5.^a classes do curso geral inscreva a explicação de textos e a leitura de trechos de autores portugueses. No curso complementar de letras, Português passa a ser a denominação da disciplina em que se lecionam matérias literárias. Recomenda-se que o professor amplie «os conhecimentos linguísticos dos seus alunos e dará também o desenvolvimento possível ao ensino da literatura portuguesa, animando-os, esclarecendo-os e aconselhando-os nas suas leituras, que não devem ser desconexas mas subordinadas a um plano; procurará também desenvolver neles o bom gosto e a capacidade crítica». Mantém-se a cadeira de Língua e Literatura Latina. A inovação ocorre com a introdução de uma nova disciplina literária: Língua e Literatura Francesa. Todavia, observa-se que a tónica recai sobre o ensino da língua e subsidiariamente sobre a literatura portuguesa. A revisão curricular que entra em

vigor no ano letivo de 1934/5, por força do Decreto n.º 24526, de 24 de janeiro, reintroduz em Angola a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa no curso complementar em que o estudo da literatura portuguesa assenta na leitura e comentário dos autores, obedecendo à periodização literária corrente. Em 1948, são aprovados programas curriculares com uma longevidade de duas décadas, vigorando até 1968, quando é criado o ciclo preparatório do ensino secundário. No 1.º e 2.º ano é lecionada a disciplina de Língua e História Pátria. Já nos anos subsequentes, a disciplina continua a ser Português cujo plano privilegia a «leitura e estudo de trechos, em prosa e verso, de obras literárias portuguesas dos séculos XIX e XX, que pelo seu conteúdo e pela sua forma sejam acessíveis à inteligência dos alunos, despertando neles o gosto literário e artístico, fomentando o interesse científico e sugerindo impressões tendentes a uma sólida e recta formação moral»¹. As reformas de 1954² mantêm intactos os conteúdos das disciplinas de Língua e História Pátria, e Português.

Em 1961, eclode a guerra de libertação nacional em Angola, a que vulgarmente em Portugal é designada por guerra colonial. O governo português é pressionado a realizar reformas políticas. Surgem assim os Centros de Estudos Universitários em 1962³, abrindo-se novos horizontes para o ensino da literatura, segundo o diploma legal que os cria. Os Centros de Estudos Universitários «têm por função ministrar conhecimentos de matérias universitárias das várias especialidades, com vista a obter-se a preparação acelerada de técnicos que possam desempenhar as funções essenciais nos quadros do Estado, sempre que se reconhecer a impossibilidade de os prover a título definitivo, e nas atividades privadas». São criados vários cursos

1 Decreto n.º 37112, de 22 de outubro de 1948.

2 Decreto n.º 39807, de 7 de setembro de 1954.

3 Diploma Legislativo n.º 3235, de 21 de abril de 1962.

profissionais: Ciências Filológicas, Ciências Geográficas e Naturais, Ciências Químicas, Físicas e Matemáticas, Medicina Geral, Análises Clínicas, Economia, Engenharia Civil (Comunicações, Edificações e Urbanismo, Hidráulica), Agronomia, Silvicultura, Pecuária e Veterinária e cursos de especialização: Ciências Pedagógicas, Cirurgia Geral, Saúde Pública, Estatística, Biologia Agrícola, Engenharia Agrícola.

É no Centro de Estudos de Ciências Pedagógicas anexo ao Instituto de Investigação Científica de Angola⁴, onde passam a ser ministrados os cursos profissionais de Ciências Filológicas com duas opções: Filologia Românica e Filologia Germânica, e cursos de especialização em Ciências Pedagógicas. Os referidos cursos estruturavam-se em dois ciclos, um de formação científica e outro de formação pedagógica. O primeiro ciclo comportava três semestres (1.º, 2.º e 3.º), sendo o segundo ciclo de dois semestres (4 e 5.º). O quadro de disciplinas comuns dos dois cursos no ciclo de formação científica é o seguinte: Introdução aos Estudos Linguísticos e Teoria da Literatura (1.º semestre); Linguística Portuguesa e Literatura Comparativa I (2.º semestre); Literatura Comparativa II e História da Cultura Ocidental (3.º semestre). O ciclo de formação pedagógica é formado por nove disciplinas comuns.

Um ano após a criação dos Centros de Estudos Universitários, em agosto de 1963 o governo português decide instituir em Angola e Moçambique os Estudos Gerais Universitários⁵ integrados na Universidade portuguesa, definindo o seu regime de funcionamento⁶ com onze cursos: Ciências Pedagógicas; Médico-Cirúrgico; Engenharia Civil; Engenharia de Minas; Engenharia Mecânica; Engenha-

4 Portaria n.º12196 e Portaria n.º 12197 de 21 de abril de 1962.

5 Decreto-Lei n.º 44530, de 21 de agosto de 1962.

6 Decreto-Lei n.º 45180, de 5 de agosto de 1963.

ria Eletrotécnica; Engenharia Químico-Industrial; Agronomia; Silvicultura; Veterinária.

A formação científica em Filologia é prosseguida no curso de Ciências Pedagógicas e o seu quadro de disciplinas obedece às determinações das reformas de 1957. Com as devidas adaptações, reproduzem parcialmente a grelha curricular das licenciaturas das Faculdades de Letras de Portugal⁷. Na fase inicial do curso apenas duas das três disciplinas de carácter propedêutico são ministradas, nomeadamente, Introdução aos Estudos Linguísticos e Teoria da Literatura que se destinavam à «iniciação metodológica, à fundamentação e à problemática geral». As restantes disciplinas, tais como Linguística Portuguesa, Língua Latina, Língua Francesa I e II, Língua Portuguesa, Língua Inglesa I e II, Língua Alemã I, II e III asseguravam a necessária base teórica na especialidade. Para o que dizia respeito ao «interesse nacional» português, lecionava-se a disciplina de História da Cultura Ocidental. Curiosamente, tal como esta última, a disciplina de Literatura Comparativa também não existia em Portugal.

Portanto, a institucionalidade dos estudos literários em Angola obedece às convenções da tradição europeia, particularmente de Portugal, tal como regista a história das disciplinas escolares e académicas deste país africano. As escolas e a universidades são dominadas por um cânone literário português cuja parafernália simbólica é constituída pelo conjunto de instrumentos da ideologia colonial úteis à imposição dessa tradição, tais como concursos, livros, manuais e outras publicações. Nesta medida, a situação colonial, o estatuto político do território, bem como a ausência de reconhecimento da história e cultura autónomas das populações autóctones constituem fundamentos de uma ilegitimidade política que vinha sendo já denunciada pela comunidade internacional. Até à

7 Decreto n.º 41341, de 30 de outubro de 1957.

década de 70, Portugal, enquanto potência colonial, mantinha uma guerra que a opunha aos Movimentos de Libertação Nacional dos territórios que ocupava em África, contrariando os processos de descolonização iniciados após a Segunda Guerra Mundial. Assim se compreende que, na história do ensino oficial em Angola, a Literatura Angolana não tenha sido reconhecida como disciplina escolar ou académica.

Em 1973, chamado a dissertar sobre a Literatura Angolana no colóquio sobre literatura portuguesa contemporânea realizado na cidade de Luanda, Carlos Ervedosa, descrevia a situação de deslegitimação, lamentando a inexistência de uma «disciplina de literatura ultramarina». No entanto, elaborava uma definição do que se podia entender por Literatura Angolana, recorrendo a um ecletismo civilizacional fundado no diálogo assimétrico de culturas que consistiria naquilo a que designa como sendo «um longo processo de simbiose cultural». Donde a cultura angolana seria o resultado de «uma realidade circunstancial, fundamentalmente europeia, e de uma realidade circunstancial africana, que para essa Cultura Angolana concorrem e nela se integram» (Ervedosa,1973:8).

2. CONTRA-CÂNONES E DISCURSOS LEGITIMADORES

Em 1892, quando Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894) justificava a necessidade de uma Literatura Angolana, as instituições do ensino oficial em Angola continuavam a ser escassas e contavam com uma população escolar maioritariamente constituída por filhos de colonos, concentrada em localidades de importância económica. Embora pudesse ser observado nos planos de estudos de estabelecimentos escolares existentes antes das reformas de Jaime Moniz em Portugal, a seleção de textos para o ensino da literatura em Angola constitui igualmente objeto de regulamentação após a implantação do Liceu Central de Luanda.

Se operarmos com o conceito de situação colonial verificaremos que os agentes da administração colonial portuguesa através dos aparelhos institucionais e a ordem jurídica instituída prestavam alguma atenção às realidades culturais das populações autóctones por razões de carácter instrumental, isto é, tendo em vista a prossecução dos interesses portugueses. É neste sentido que se institucionalizou a literatura colonial portuguesa. Mas a fase incipiente do texto colonial português situa-se na segunda metade do século XIX com a publicação de textos como *Juca, a Matumbolla* (1865) de Ernesto Marecos, *Nga Muturi (Cenas da Vida de Loanda)* (1883) de Alfredo Troni. À semelhança do que se verifica em outros espaços africanos de colonização europeia, a literatura colonial em que avulta o exotismo assente na mistificação racialista, surge nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de um conjunto de textos centralmente motivado por uma certa «missão civilizadora» atribuída a personagens «brancas», sendo as personagens de «raça negra» secundárias e vítimas ou inexistentes. No dizer de Salvato Trigo, «a literatura colonial caracteriza-se justamente pelo facto de os seus cultores não abdicarem da sua identidade, das referências culturais e civilizacionais dos seus países, embora tentem mostrar-se integrados no meio e na sociedade nova de que fazem parte» (Trigo, 1986:134). A sua consagração normativa regista-se a partir de 1926 com os concursos de literatura colonial portuguesa, promovidos pela Agência Geral do Ultramar e por estudos realizados numa perspectiva etnográfica, cobrindo as línguas e o folclore dos povos de Angola. No parágrafo único do artigo 1.º da Portaria n.º 6.119 de 1926 que regula a realização dos concursos de literatura colonial, postula-se a preferência da «literatura na forma de romance, novela, narrativa, relato de aventuras, etc. que melhor faça a propaganda do império português de além-mar, e melhor contribua para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas causas coloniais.» A Agência Geral das Colónias,

assim designada a partir de publicação do Ato Colonial de 1933, realizara, entre 1926 e 1935, nove concursos de Literatura Colonial. Os primeiros prémios foram atribuídos em 1926 a dois autores portugueses, nomeadamente, Gastão de Sousa Dias com *África Portentosa* e Brito Camacho com *Pretos e Brancos*. Na década de 60, a literatura colonial passou a designar-se literatura ultramarina. Ela representa a supremacia dos cânones literários ocidentais, especialmente europeus e portugueses. Até 1969, as obras premiadas nos referidos concursos constituem uma prova eloquente da visão eurocêntrica. Quando nas décadas de 20 e 30, aumentou o surto migratório para a formação das comunidades de colonos europeus em Angola, a administração colonial recrutava portugueses com a promessa de fazerem fortuna, sendo colocados em regiões economicamente prósperas. Numa dessas vagas de emigrantes teria vindo o poeta Tomás Vieira da Cruz. Nascido em 1900, na região portuguesa do Ribatejo, localidade de Constância, chegou a Angola em 1924, tendo fixado residência na antiga cidade de Novo Redondo, actual Sumbe. Até à partida para Angola, exercera em Lisboa atividades profissionais como ajudante de farmácia. Os críticos e ensaístas que se debruçaram sobre a sua obra consideram-no, invariavelmente, como exemplificação do «lusotropicalismo» (António, 1968:129-145), da «alta expressão da literatura colonial» (Oliveira, 1997: 332) ou «a voz maior do lirismo colonial» (Trigo,1977:86), ou ainda «herdeiro do espírito lírico lusíada» (Laranjeira, 1995:62). Outros autores como Jorge Macedo (1941-2009) e Inocência Mata (2001:90), seduzidos pelo olhar exótico que Tomás Vieira da Cruz lança sobre a paisagem local, incidindo sobre a mulher negra e mulata, concluem que a sua poesia podia ser qualificada como angolana. Todavia, é na literatura colonial portuguesa que se inscreve o nome de Tomás Vieira da Cruz, na medida em que a sua poesia, constituindo parte de um imaginário social específico, destina-se a um público que vive longe

do espaço físico e social de Angola. Visava estimular o interesse dos portugueses pelas colónias. Em suma, a «palavra de ordem da literatura colonial era o colonialismo» (Oliveira, 1997:185). Com efeito, sendo um segmento literário da história literária portuguesa e pertencendo ao património cultural português, a literatura colonial suscita presentemente escasso interesse académico em Portugal.

A inscrição da poesia de Tomás Vieira da Cruz na literatura colonial pode ser realizada à luz da definição mais ampla do que se entende por cultura colonial portuguesa. Para João Carlos Paulo, a cultura colonial é «o sistema de símbolos, crenças, práticas culturais e noções associados à imagem das colónias e do colonialismo na sociedade portuguesa» (Marques, 2001:30). Se Salvato Trigo reivindicava o estudo da literatura colonial, lamentando que os programas escolares portugueses não concedessem à literatura colonial o lugar que ela merece, privando-se o público estudantil e o leitor comum do contacto com «obras valiosas» (Trigo, 1986:135), fazia-o no quadro do ensino universitário e de uma cadeira de Literaturas Africanas. Por sua vez, Pires Laranjeira rejeitava a sua integração curricular, por razões de ordem pragmática, pois, no seu entender, a esmagadora maioria da literatura colonial não tem qualquer valor, mesmo em termos documentais, pouco ou nada acrescentando ao saber adquirido. Já Alberto Oliveira Pinto reitera a natureza patrimonialística da «literatura colonial portuguesa», pois ela é constituída por «obras literárias cuja temática incida sobre Angola e os Angolanos mas cujos autores, naturais ou não de Angola, se sentem Portugueses ou seus súbditos» (Pinto, 2013:271).

A discussão tornar-se-ia estéril se não nos aventurássemos a ler, por exemplo, a obra desse poeta português que engrossa a literatura colonial portuguesa em Angola, ao lado de outros autores portugueses, tais como Gastão de Sousa Dias, António Videira, João Baptista Pereira.

Após a implantação do Liceu Central de Luanda, começam a manifestar-se no círculo das élites nativas emergentes da primeira metade da década de 40, novas reacções contra a imposição do cânone literário colonial português. Um dos antigos estudantes do Liceu, Agostinho Neto (1922-1979), que viria a ser dos mais representativos poetas da sua geração, publica um artigo em 1946, *Uma Causa Psicológica: A 'Marcha' para o Exterior*⁸, através do qual denuncia a distorção da psicologia colectiva e a desunião entre os nativos. Seguindo ainda as tradições do discurso tribunício do século XIX, Agostinho Neto considerava que as causas da devastadora situação de assimilação colonial residiam na estrutura do ensino ministrado em Angola.

Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. Antes de atingirem a idade em que são capazes de pensar sem esteio, não conhecem Angola. Olham a sua terra de fora para dentro e não ao invés, como seria óbvio. Estudam na escola, minuciosamente, a História e Geografia de Portugal, enquanto, da Colónia, apenas folheiam em sinopses ou estudam levemente (*op. cit.*).

Tal estado de coisas produz funestas consequências. Disso dá conta Agostinho Neto:

Os indivíduos assim formados têm a cabeça sobre vértebras nativas, mas o seu conteúdo escora-se em vértebras estranhas, de modo que as ideias, as expirações do espírito são estranhas à terra. Daí o olhar-se esta, a sua gente e hábitos, o mundo que os rodeia, como estranhos a si – de fora [...]

Produz-se no nativo uma distorção na sua personalidade que se reflecte na vida social, desequilibrando-a (*Idem.*).

8 Publicado no jornal *Farolim*, Luanda, 1946.

Desvenda-se aí o protagonismo da geração literária de Agostinho Neto cujo comportamento coletivo revela uma «disposição legítima» resultante do capital escolar adquirido nos liceus e seminários católicos, estabelecimentos de ensino secundário existentes em Angola. Mas as ações de inculcação realizadas pela instituição escolar colonial produzem efeitos contrários. A imagem do prestígio legitimador da literatura portuguesa e da sua manifestação colonial projeta-se através de uma consciência de rutura e da necessidade de reconhecimento da Literatura Angolana. Trata-se de um fenómeno a que Pierre Bourdieu designa por «*effet d'assignation statutaire*» que decorre de uma classificação escolar produzida pelas «diferenças oficiais» com eficácia real, reforçada a partir do momento em que aquelas passam a ser «diferenças reais», adquirindo expressão nas crenças individuais em tais diferenças, sob escrutínio e apoio coletivo. Donde, o último efeito consistirá em produzir veículos destinados a aproximar o «ser real» do «ser oficial» (Bourdieu, 1979:25). Do meu ponto de vista, admite-se a possibilidade de a negação do oficial se traduzir na afirmação do real, numa perspetiva dialética. Para Pierre Bourdieu, isto seria apenas uma consequência da atribuição de estatuto, já que a instituição escolar através de mecanismos apropriados procede à imposição de práticas culturais que suscitam fenómenos de negação dos efeitos visados. Nesta medida, Pierre Bourdieu considera que a «disposição legítima» que se adquire através da frequência de um determinado tipo particular de obras literárias, nomeadamente, as obras literárias e filosóficas inscritas no cânone escolar, pode servir as aspirações dos detentores do título para avaliar positivamente outras obras, menos legítimas ou menos reconhecidas pela instituição escolar.

No início da década de 50, multiplicam-se em Angola iniciativas que visavam a formação de contra-cânones literários, sendo tais ações atribuídas à agitação de um novo associativismo. Constituem-se novas associações que herdaram a história da Liga Angolana e

do Grémio Africano, nomeadamente, a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola. A estas duas junta-se uma nova associação, a Sociedade Cultural de Angola. Todas elas publicavam revistas. Com diferentes modelos de interpretação da realidade angolana, pugnam por uma autonomia cultural que encontra o seu esteio nos membros das gerações literárias formadas nesse período. Entre as mais relevantes ações do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) avulta a criação do Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos e a *Antologia dos Novos Poetas de Angola*, publicada em 1951. Na sequência do diagnóstico de Agostinho Neto, a partir dessa data Mário Pinto de Andrade (1928-1990) empreende igualmente esforços que visavam legitimar a existência da Literatura Angolana, com a publicação dos seus primeiros ensaios na revista *Mensagem* da Associação dos Naturais de Angola, no boletim *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império e revista *Vértice*, publicados em Luanda e Lisboa: «Questões de linguística bantu – Da posição do ‘Kimbundu’ nas línguas de Angola», «A Literatura Negra e os seus problemas» e «Esquema do Problema Linguístico Negro-Africano». Dois anos depois, Mário Pinto de Andrade e Francico José Tenreiro organizam o «caderno» de *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicado em 1953. Trata-se de um testemunho de assinalável importância para a história das chamadas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A sua singularidade reside no facto de exprimir a convergência de uma geração inteira de africanos que, representada por um grupo de estudantes originários de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, ousou manifestar a consciência coletiva da sua especificidade cultural, ao criar em 1951 o Centro de Estudos Africanos na cidade de Lisboa, de que Mário Pinto de Andrade foi um dos mais activos dinamizadores. É do pensar sobre si e para si, isto é, sobre África e para África que

emana a necessidade de publicar esta antologia poética. Não parece, por isso, refutável o reconhecimento do caráter legitimador deste «caderno», se tivermos em atenção os efeitos perturbadores causados à ordem política colonial como se pode provar através da abundante documentação produzida pela ação persecutória da PIDE, a polícia política portuguesa, a respeito de Mário Pinto de Andrade e do referido «caderno» que viria a dar origem à *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicada em Paris alguns anos mais tarde. Estamos perante o dealbar de um discurso crítico autónomo que pretende ocupar-se da construção de um cânone literário cuja validação institucional ocorrerá apenas na primeira década dos anos 70, após as independências políticas das antigas colónias portuguesas. Trata-se de um pensamento seminal que é, ao mesmo tempo, um dos momentos genéticos do processo de disciplinarização das literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, também conhecidas pela denominação generalista de literaturas africanas de língua portuguesa. Ora, se entendermos que o mencionado processo de disciplinarização comporta igualmente duas fases, uma pré-disciplinar e outra disciplinar, na primeira têm o seu lugar cativo dois *discipline-builders*, nomeadamente, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, que operam fora dos meios universitários da época. Poucos anos após a sua fixação em Paris e como redactor na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade publica um artigo em 1955 «Qu'est-ce que le luso-tropicalisme?», que define o quadro sintomático de rutura relativamente à hegemonia da ideologia colonial. Em diversas ocasiões volta à problemática da legitimidade da Literatura Angolana. Tal é caso do texto «*Littérature et Nationalisme en Angola*», publicado na mesma revista em 1962. Sucessivamente, Mário Pinto de Andrade reiterava a refutação doutrinária do luso-tropicalismo que se pretendia aplicável a Angola, pois negando tal possibilidade afir-

mava a consciência do dilema por parte dos próprios intelectuais que procuravam resolver correctamente os problemas engendrados pela assimilação: «rejeição definitiva do substrato negro-africano? Diluição na cultura dominante? Aceitação da pseudo-condição de mestiço cultural?». A tais perguntas, Mário Pinto de Andrade respondia: «[...] esboçam-se gestos e atitudes fundamentais que vão conduzir os intelectuais angolanos ao aprofundamento da sua própria consciência nacional» (1962:91-99). Durante as décadas de 50 e 60, a elaboração de antologias literárias e os estudos sobre a Literatura Angolana traduzem-se na emergência de postulações teóricas que dão origem a conceitualizações tendo em vista a explicação dos fenómenos culturais e literários, e a legitimação do discurso crítico sobre a Literatura Angolana. Desenha-se uma fratura no exercício do poder de definição. De um lado, o discurso da angolanidade. E de outro lado, o discurso da criouliidade que em termos teóricos será elaborado, na segunda metade da década de 60, por Mário António Fernandes de Oliveira (1934-1989). Para o discurso da angolanidade concorrem vários contributos. Em 1960, Agostinho Neto retoma as ideias formuladas em 1946, quando na palestra com o título *Introdução a um colóquio sobre poesia angolana*, proferida na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, dissertava acerca do carácter substantivo da cultura angolana que devia impregnar os textos literários angolanos, identificando o risco da assimilação e da desreferencialização dos intelectuais angolanos:

[...] perturbados pelo processo de coisificação, esqueceram por muito tempo que existia a civilização africana. Aceitaram a ideia de “coisas sem importância” para as culturas negras [...] não se voltaram para o lado mais importante da questão: para as tradições dos seus povos, para as suas línguas que não sabiam falar, para a filosofia, para a religião [...]» (Neto, 1980: 140-144).

O ensaísta português Alfredo Margarido (1928-2010), outra voz dissonante, contribuiu de igual modo para o reconhecimento da autonomia das literaturas africanas de língua portuguesa em Portugal e em França. O que redundou numa abundante actividade crítica. Em 1961, escreveu um «ensaio significativo» sobre a poesia de Agostinho Neto em que «propunha a utilização do conceito de angolidade, para definir a substância nacional angolana» (1980:5). O termo foi assim usado pela primeira vez em texto escrito. O pensamento que então se vai esboçando era o culminar daquelas actividades de reflexão que vinham sendo produzidas no quadro do Centro de Estudos Africanos desde 1951, por intelectuais oriundos das ex-colónias portuguesas. Logo a seguir ao texto de Alfredo Margarido, o poeta e ensaísta angolano Costa Andrade (1936-2009) escreveria um artigo dedicado a dois poetas da angolidade, encomendado por Mário Pinto de Andrade quando, na sua qualidade de redator da revista *Présence Africaine* preparava, então um dos números consagrado a Angola. Ao retomar o uso do termo, Costa Andrade procurava detectar na poesia de Agostinho Neto e António Jacinto o substrato legitimador do discurso lírico destes autores, revelando contraexemplos em face de outra especificidade cultural que é a portugalidade. Costa Andrade estava a praticar um ato de ancoragem num sistema de referências preexistente, actualizando as propriedades constitutivas da identidade cultural angolana, através da poesia daqueles escritores. Costa Andrade enunciava os elementos da sua categorização estabelecendo a contradistinção nos seguintes termos:

Se a perspectiva do homem angolano lhe confere novas dimensões, não relativamente ao que seria a sua evolução natural como se desviada durante quatro séculos de colonização [...] , isto não significa que deva ser visto como isolado das suas mais profundas e seculares raízes ou [...] como um mestiço cultural – produto do cruzamento Branco-

-Negro, resultado do choque Europa-África, como o pretendem muitos intelectuais bem-querentes que, sentimentalmente anti-racistas, talvez racionalmente anti-colonialistas, procuram, todavia, atenuar as acções do colonialismo propondo uma ‘amizade sincera’ com base na interpenetração de culturas. Como se fosse possível admitir uma honesta teoria de vasos comunicantes nas relações colono-colonizado (Andrade, 1962:77).

Data dessa época a realização do I Encontro de Escritores Angolanos realizado em 1963 que, durante oito dias, de 19 a 27 de janeiro decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Cidade de Sá da Bandeira, hoje Lubango. Sob a vigilância da polícia política, foi uma oportunidade que permitiu desencadear um debate sobre o problema da definição da Literatura Angolana. Entre os vários testemunhos destaco aqui a palestra de Mário António Fernandes de Oliveira (1990:355-369), a referência de Carlos Ervedosa (1932-1992), uma década depois, à definição de Cultura Angolana de que deriva a de Literatura Angolana aprovada, nessa ocasião, «por maioria, e não por unanimidade» (1973:8), o artigo de Alfredo Margarido, publicado em 1963 na *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império, através do qual desfere uma lúcida crítica contra a referida definição de cultura angolana (1980:245:250) e, finalmente, o depoimento de Henrique Guerra⁹ que participou no referido encontro.

9 Henrique Guerra: – «Esse evento foi um evento bastante polémico. Houve vozes que se levantaram contra a sua realização. E de intelectuais de prestígio na época, como o Dr. Eugénio Ferreira – e como outros escritores na época – devido às circunstâncias em que se realizou, porque é difícil fazer uma separação entre a leitura e as outras actividades da vida humana, quer políticas, quer económicas, quer sociais e tal. Portanto, a vida humana é uma só. Podemos analisá-la sob vários aspectos. Mas há interesses nos aspectos todos e nas relações. Na altura, digamos, vivia-se o início da reivindicação da autonomia, conduzida, principalmente por dois movimentos políticos, o MPLA e a FNLA. Escusado é dizer que os

O momento inicial daquilo a que designo por discurso da criouli-
dade ocorre em 1968, quando Mário António Fernandes de Oliveira
publica um livro de ensaios intitulado *Luanda-«Ilha» Crioula*. Lança
a partir daí as premissas da criouliidade como hipostasiação eufemís-
tica da presença portuguesa em Angola com evidentes pretensões
teóricas. Os seus fundamentos assentam no mito do mestiço e no
universalismo eurocêntrico. Um universalismo evolucionista que se
escora na ideia de raça, em que a mestiçagem é apenas uma excepção
que confirma a regra da visão darwinista. Um universalismo eugé-
nico que privilegia a dimensão biológica e fenotípica em detrimento

intelectuais eram as pessoas que tinham uma voz com uma certa influência na vida literária. E que estavam afectos, digamos mais ao MPLA. Poderiam não ser militantes, mas afectos aos principais ideais e à principal vivência social do MPLA. E havia um sector importante daquela sociedade, da sociedade da altura, que sentia necessidade de se afirmar, de afirmar a sua voz, independentemente da afirmação trazida, conduzida por esses dois movimentos. Digamos, há um certo sector da população de origem europeia, mais consciente que já não se sentia identificada com a então chamada metrópole, com Portugal, do Minho a Timor, e que pensava que ela pertencia a esta parte e que essa parte teria de ter uma voz própria, teria de se diferenciar do resto, talvez por uma via negociável ou coisa do género. Portanto, essa parte da sociedade procurou desenvolver certas iniciativas, uma delas seria esse encontro, conduzido pelo então governador do Lubango, então Sá da Bandeira... Neste momento não estou recordado do nome dele, que convidou vários escritores. E o facto de ele me ter convidado também a participar, deveu-se à publicação do meu livro *A Cubata Solitária*, que chamou a atenção do senhor e achou por bem que eu deveria estar representado nesses debates. E embora, digamos, aqueles intelectuais fossem contra a realização desse encontro, de uma maneira geral, não foram contra as minhas intervenções e acharam que foram positivas, que fui em defesa de certas posições, de certos valores válidos, que ainda hoje são válidos. Mas a importância, de facto, desse encontro, na sociedade da altura, parece-me que foi representar um certo desafio à política colonial. Embora quisesse seguir, ou as suas tendências fossem talvez ainda não muito definidas, no sentido, não muito coincidente com os movimentos angolanos de libertação, mas acho que se debateram certas questões, que eram questões pertinentes, e valeu para agitar a sociedade na altura». Luís Kandjimbo (Apresentador e Entrevistador) e Dias Júnior (Realizador), (2000). *Leituras*. [Programa de televisão] Luanda, Angola: Televisão Pública de Angola.

da dimensão cultural e ontológica. Assim se explica a subtil apologia da mestiçagem bio-social, com uma forte propensão para exaltar o poder genésico masculino português, apesar de tal perspetiva ser dissimulada pela tentativa de se asseverar o contrário (1968:13-62). Neste sentido, Mário António escreve:

O grupo europeu teve no início expressão numérica que nos espanta, se comparada com a obra que a sua presença determinou [...] a influência de um grupo pequeno como era o de origem europeia, em Luanda, do século XVII ao XIX. Esse grupo soube, porém, prolongar-se em todos aqueles a quem transmitiu as suas técnicas culturais e a sua religião, em todos aqueles que integrou nas suas forças armadas ou na administração [...] (António, *op. cit.*: 20-21).

No entender de Mário António, desse contacto entre «um grupo minoritário, portador de uma cultura dinâmica sem ser agressiva, com grupos maioritários e dotados de um dinamismo que o seu irrequieto movimento no teatro em que se deu [...] documenta» (*id.*: 23), surgirá aquilo que é «a afirmação de uma cidade luso-tropical, motor da Civilização na África Ocidental» (*ibid.*). De tudo isso ressalta a «matriz crioula» cuja focagem domina igualmente a Literatura Angolana que «tem de ser encarada à luz do processo de contacto cultural que esteve na sua base» (António, *id.*: 36). A refutar frontalmente tais elucubrações e propondo uma leitura alternativa que introduz a posição estratégica dos angolanos a propósito da circulação das mulheres, muitas das quais desejadas por europeus, está Alfredo Margarido, quando escreve:

Como poderíamos ignorar a importância desta estratégia, que força os Europeus a reconhecer a hegemonia dos Africanos, os quais controlam a circulação das mulheres, autorizando ou não o acesso às filhas?

O que também quer dizer [...] que a produção dos mestiços não constitui uma característica exclusiva do “poder” genésico dos Europeus, como pretendeu há pouco Gilberto Freyre, resultando antes uma combinação euro-africana, como de resto aconteceu em outras regiões africanas (Margarido, 1989:113).

Na verdade, nessa época já não parecia haver, no plano epistemológico, espaço para a teorização desenvolvida por Mário António. Apesar disso, em 1961, quando reflectia sobre a existência de uma tradição literária angolana, ele considerava que «[...] a nova poesia angolana é-o na medida em que, dentro da literatura de língua portuguesa, busca cantar de maneira diferenciada, um mundo diferente. O seu chão é uma cultura que não se pode dizer híbrida, mas em que as diferentes expressões culturais se apresentam carregadas de elementos uma da outra» (1961:1-2). Já num texto datado de 1964 e defendendo um ponto de vista contrário, Mário António advogava que «o qualificativo “angolano” só pode ser aplicado àquilo que apresenta integrado no resultado duma acção histórica, processada pela Presença Portuguesa, que é aquela mesma que deu significado à palavra “Angola”» (1964:81-92). Ora, Mário António recuperava aqui os argumentos do luso-tropicalismo, doutrina elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, no seu livro *Casa Grande e Sanzala*. Corrobora-os nessa colectânea de ensaios, *Luanda – Ilha crioula*, onde sustenta que a «presença portuguesa dá lugar à caracterização de uma matriz crioula» e que se confunde com o resultado da hegemonia política portuguesa. O contacto de culturas acaba por ser visto como uma virulenta fagocitose. Para Mário António, a Literatura Angolana «[...] patenteia uma ânsia de valorização desse veio crioulo, o que, ainda quando os autores pareçam optar por teorias que são a sua negação, se impõe como o mais significativo da tradição que a modernidade angolana pretende continuar» (1968:39). No prefácio ao livro

de Alfredo Troni, *Nga Muturi*, Mário António argumenta que a criouldade devia constituir-se como modelo de explicação e conhecimento da cultura angolana entendida como «conjunto de fenómenos para que só é possível uma identificação crioula» (1990:157). Isto significa que criouldade é a noção mais apta para referir o intercuro sexual das relações euro-africanas que constituem a trama da novela daquele autor português. Os argumentos que subjazem a essa caracterização de Mário António foram seduzindo vários autores e retomadas em diferentes ocasiões por alguns historiadores que de uma maneira geral tratam o século XIX angolano, dando relevo à composição racial daquela geração de escritores que se notabiliza nessa época. O historiador francês René Pélissier, por exemplo, afirma que «o nacionalismo africano [angolano] moderno é uma criação dos mestiços do século XIX» cuja «[...] força essencial provém do factor biológico» (1978:215). Ao atribuir-se a criação do nacionalismo moderno angolano aos mestiços, vendo na sua ação uma referência de base, nega-se por conseguinte qualquer filiação entre os movimentos de resistência (*nacionalismo das massas*) ou *primary resistance* e os movimentos nacionalistas modernos. Essa tese do «nacionalismo dos crioulos» é hoje vulnerável, perante os avanços dos estudos sobre a história das resistências africanas e da própria historiografia literária angolana. As evidentes manifestações renovadoras da criouldade, pela mão de novos aderentes que emergem nos meios académicos, ter-se-ão iniciado em princípios de 1984, com um ensaio escrito por Jill R. Dias, uma historiadora do Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova de Lisboa. Num livro que resulta do desenvolvimento e ampliação da comunicação apresentada a um colóquio realizado em Paris sobre as identidades culturais nas literaturas africanas de língua portuguesa, José Carlos Venâncio fornece uma noção de angolanidade literária confundindo-o com um produto da acção da elite crioula, pois, afirma que «não deixa de ser apanágio de mino-

rias intelectuais» (1987:119). A recorrente abordagem do tema da criouldade por parte de José Carlos Venâncio, numa estratégia de repensar a presença dos portugueses nos trópicos, acabou por consumir-se na pretensão de reduzir tal categoria aos mestiços biológicos. É assim que ele se exprime: «[...] a condição da criouldade está, em grande medida, circunscrita aos mestiços biológicos, às antigas famílias angolanas, muitas delas – mesmo que de forma remota – biologicamente mestiças [...] e aos brancos que, por qualquer razão de ordem familiar, política ou cultural, partilham a vivência dos estratos anteriores» (1996:29). José Carlos Venâncio recupera os argumentos de Mário António igualmente, quando tenta contradistinguir angolanidade de moçambicanidade, observando que Moçambique independentemente da dualidade cultural «não dispõe de uma sociedade crioula [...] que sirva de eco aos enunciados literários e políticos da sua elite cultural e política [...]» (1990:34). O que entender então por sociedade crioula? Para José Carlos Venâncio, a «sociedade crioula» angolana parece identificar-se com aquela «classe intermédia» de que falava Adriano Moreira, segundo o qual «os critérios de reconhecimento ou identificação de tal classe intermédia podem ser os mesmos que foram classicamente apontados para identificar a classe média metropolitana» (Adriano Moreira, 1956:159-189). Só assim se compreende a seguinte afirmação de José Carlos Venâncio: «[...] Diria então que angolanidade está adstrita à mundivisão de alguns daqueles que constituem a elite cultural, política ou urbana [...] » (1990:34). Esta focalização do fenómeno não se afasta do que Adriano Moreira apontava nos anos 50: «[...] consideramos elites os grupos, maioritários ou minoritários, que se tenham revelado como uma força assimiladora, isto é, como fontes de divulgação de modelos de conduta socialmente relevantes». Deste modo, a elite é aquela «classe intermédia que abandona a cultura originária, mas adopta a missão de generalizar os costumes novos» (Moreira, *op. cit.*:159-189).

Estas elaborações conceptuais são hoje anacrónicas. Atento revelar-se-á Adriano Moreira, quando em 1993 reconhecia a existência do mito do mestiço, construído pelos portugueses. À sombra das virtudes que se propagavam com a imagem do mestiço, crioulo na linguagem de Mário António e seguidores, são os próprios portugueses que «com frequência fizeram exactamente o contrário, projectaram no mito do mestiço a soma dos defeitos das etnias que se misturavam». Finalmente assevera: «O mito do mestiço é um mito que não está vencido» (1995:77-84). Adriano Moreira chega a pôr em dúvida o comportamento virtuoso que se atribuía aos portugueses de serem propensos à miscigenação. E fá-lo nos seguintes termos:

Há em todo o caso, a meu ver, alguns aspectos novos que devem ser tomados em consideração antes de tentar transpor acriticamente para a situação actual estes modelos de comportamento que, volto a insistir, seriam os característicos da acção portuguesa, com alguns desvios sim, mas dando origem a essas sociedades multiraciais, multiculturais, miscigenadas (Moreira, *op. cit.*: 79).

A este propósito valerá a pena observar as razões políticas que subjazem à essa construção. Para Adriano Moreira a explicação é esta:

[...] a detenção do poder político tem a maior das importâncias na evolução do contacto entre etnias [...] O colonizador, embora numericamente seja uma minoria, porque constitui sempre um grupo inferior ao da população local, do ponto de vista político ele constitui efectivamente uma maioria. E é muito diferente exercitar uma concepção de relações entre grupos étnicos exercendo o poder político ou exercitar essa concepção não tendo o poder político. Os portugueses passaram pela experiência de o estatuto de maioria política se transformar em

estatuto de minoria cultural. A experiência, como sabem, não foi das melhores [...] (Moreira, *op. cit.*: 80).

Nesta medida, o problema suscita potencialmente uma discussão acerca da contingência e da necessidade no domínio da epistemologia das Literaturas Africanas que, no contexto das literaturas de língua portuguesa, é ainda incipiente. Sem atender às virtualidades do debate, na década de 90 vários investigadores oriundos desse espaço linguístico e de outras geografias engrossaram as fileiras dos seguidores de Mário António. A pervivência do discurso da criouldade, observável através da adesão que suscita, mesmo por aqueles que não lhe entendem a origem e o sentido, entre os quais se incluem alguns políticos angolanos, identifica-se por meio de manifestações diversas. Ao inventário junta-se a titulologia dos livros, artigos, comunicações sobre temas da Literatura Angolana, a profusa e indefensável alusão à existência dos «crioulos» enquanto classe social ou formando uma sociedade, a realização do colóquio sobre a criouldade, tais como o realizado em Lisboa, em 1997, com a presença, segundo Pires Laranjeira, de alguns intelectuais portugueses conotados como bastante conservadores, tais como Adriano Moreira, Luiz Forjaz Trigueiros, João Bigotte Chorão e António Manuel Couto Viana (Laranjeira: 1998). Em todo o caso, no contexto do discurso crítico sobre a Literatura Angolana, continua a ser desenvolvido um debate que incide sobre a identidade cultural angolana, de cuja lista de argumentadores faço parte como de resto o comprovam livros, artigos e comentários já publicados. Em 1992, José Carlos Venâncio, no seu livro *Literatura versus Sociedade*, defendendo a hegemonia das teses da criouldade em oposição à teoria da angolanidade literária confirmava esse facto (1992:15). Este mesmo autor publicaria em 1996 outro livro, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia*, em que se resume tudo o que sobre o tema da criouldade escreveu. *Colonia-*

lismo, Antropologia e Lusofonia é, ao mesmo tempo, um manifesto na medida em que nele confessa mais claramente as suas profundas motivações onde o «aproveitamento da vivência inter-rácica» ocupa um lugar central, sendo-lhe atribuído peso enquanto «factor importante de coesão, na construção [...] da identidade cultural angolana» (1996:154).

Pode dizer-se que pelas conotações que lhes estão associadas presentemente, as noções de criouldade e literatura colonial designam realidades que se inscrevem no património imaterial português, na medida em que a sua apologia serve para reivindicar de modo ambivalente a legitimação de uma luso-descendência. Com o seu uso pretende-se instaurar uma zona de fronteira. No contexto das teorizações produzidas na América Latina durante o século XX, e mais concretamente no Brasil de Gilberto Freyre, donde Mário António terá tomado o modelo da chamada mestiçagem cultural assimilando-a à mestiçagem racial, «o conceito de “fronteira” surge naturalmente associado aos de “descobrimento” e “conquista” da América, como simples projecção da “fronteira”, linha de conflito entre cristãos e muçulmanos, estabelecido já na Europa» (Gómez-Martinez). Considerando que o sentido original desse conceito sofre uma transformação radical na América Hispânica, José Luis Gómez-Martinez, afirma: «A fronteira deixou de ser ponto de separação entre o conquistado e o por conquistar, entre o conhecido e por “descobrir”, para converter-se em lugar, em espaço, em modo de viver» (*ibid.*). Tal conceito não poderá ser aplicado aos chamados territórios colonizados pelos portugueses, pois do «ponto de vista cultural, o Brasil e os países africanos nunca foram colónias plenas» (Santos,1994:135). O que significaria dizer que a hegemonia assimilacionista da cultura portuguesa não se produziu de modo sistemático e substantivo. Para o ensaísta Manuel Jorge, «o homem angolano nunca se sentiu culturalmente português» (1998:159-161).

Não sendo possível situar no mesmo plano categorial a criouldade, assim entendida pelos seus paladinos, e as culturas étnicas bantu de Angola para referir o substrato sobre o qual se ergue a angolidade, a criouldade pode ser tomada como negação da identidade cultural angolana, podendo a sua defesa ser uma contingência dos processos de categorização social. Numa outra perspectiva será uma categoria que se aplica a uma classe de objectos diferentes do ponto de vista substantivo. Designa um grupo de indivíduos cujo repertório de identidade é um conjunto vazio, se for confrontado com uma identidade social mais ampla. Donde virá a legitimação do carácter determinista da criouldade que Mário António definiu na base de uma concepção organicista e tributária de um deslocado darwinismo social?

Portanto, o debate opõe dois discursos legitimadores de que Mário Pinto de Andrade e Mário António são os principais arautos, representando duas formas de localização epistemológica da Literatura Angolana, perante a necessidade de responder às seguintes questões: o que é a Literatura Angolana? Quem são os principais agentes da história da Literatura Angolana? A partir de que ponto de vista se deve escrever a história da Literatura Angolana?

Os problemas subjacentes ao discurso da criouldade levantam, por conseguinte, questões de ordem epistemológica semelhantes àquelas que emergem no contexto da América Latina¹⁰. Revela-se a este respeito pertinente trazer à colação as reflexões de Alfredo Margarido que aponta «a necessidade de mestiçagem», constitutiva da dimensão intensional desse conceito, como um facto teórico tardio, «introduzida na vida cultural e política portuguesa pelas teses luso-

10 Cf. Walter D. Mignolo, «Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos». Disponível em <http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html>. [Consultada a 17 de setembro de 2015].

-tropicalistas de Gilberto Freyre» (2000:13). Todavia, a incidência recai sobre os estudos literários assentes em paradigmas do universalismo ingênuo e eurocêntrico, em cujo quadro se inscreve a chamada «teoria da criouldade», confrontando-a com a categoria de angolalidade, inserida esta numa mais englobante e robusta teorização.

Na verdade, o discurso da criouldade apresenta fortes conexões com o luso-tropicalismo, enquanto doutrina oficial do Estado Novo em Portugal, ocupando um importante lugar na história das ideologias coloniais portuguesas, especialmente ao nível da institucionalização da literatura colonial. Por essa razão, o acervo de textos publicados e a memória social respeitante à sua tematologia perpassa a memória individual dos escritores de língua portuguesa, admitindo-se a possibilidade de as narrativas contemporâneas retomarem as representações literárias coloniais, pois a psicologia de qualquer indivíduo que tenha vivido na sua história pessoal a condição de colonizado ou colonizador pode surpreender com a erupção de imagens renovadas do passado. Ora esse debate sobre a persistente tematização das representações coloniais associada ao problema do cânone literário e da nacionalidade dos autores já produziu apaixonadas e exaltadas reflexões (Lisboa, 2000). Em tais casos, o exercício sereno de uma argumentação assente nos fundamentos epistemológicos do desacordo, princípios da caridade e do respeito devia conduzir aprofundamento da discussão a respeito dos discursos da criouldade, das representações literárias coloniais na literatura portuguesa ou na literatura angolana contemporânea, da literatura colonial e suas ideologias.

Como veremos em seguida, a elaboração dos conceitos de angolalidade e de criouldade corresponde a estratégias que fazem apelo à relevância do lugar a partir do qual se fala e se lê. Por isso, os falaciosos argumentos que sustentam a noção de criouldade visam a teorização de uma cultura de fronteira, na esteira daquilo que é o esforço

de definição do «estatuto identitário da cultura portuguesa», tal como diz o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1994:132).

Portanto, esboçámos aqui os contornos de uma agenda teórica em que a angolanidade e a criouldade são pontos de um itinerário a que se associam nomes, no quadro da historiografia literária angolana, sendo esta entendida como produção de textos que consubstanciam discursos e reflexões intencionalmente elaborados para dar conta da ideia de memória e repertório de obras literárias e seus autores, tematizando as representações da pertença ou localização cultural para a configuração daquilo que constitui a Literatura Angolana, o texto literário angolano enquanto objecto estético. É a tematização destas representações que permite demarcar a teoria da angolanidade e a teoria da criouldade de que são figuras cimeiras Mário Pinto de Andrade e Mário António Fernandes de Oliveira. O primeiro desenvolveu um discurso crítico e historiográfico no exterior de Angola marcado pelo paradigma da libertação cultural do continente africano prolongando-se numa actividade política intensa. Entre as suas obras destaca-se a *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1953), *La Poésie Africaine d'Expression Portugaise* (1969), *Antologia Temática de Poesia Africana* em dois volumes (1977) e já na década de 90, a título póstumo, foi publicado *Origens do Nacionalismo Africano*. O segundo autor desempenhou um papel importante no desenvolvimento do discurso crítico e historiográfico no interior de Angola, na primeira fase da sua carreira de escritor que se estende até meados da década de 60. A fase seguinte corresponde ao período em que se regista a recuperação das teses do luso-tropicalismo e do lançamento das teses da criouldade. Além de alguns livros, a sua importante obra ensaística consistiu essencialmente em textos dispersos por publicações periódicas que, anos mais tarde foram reunidos em livro em publicação póstuma sob o título *Reler África* (1990). A sua tese de doutoramento – *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)* –

que é um importante contributo à historiografia literária angolana, foi publicada em 1997¹¹.

As respostas às questões formuladas vêm plasmadas nos textos a que fazemos alusão, demarcando claramente a existência de dois campos que se opõem disputando a legitimidade categorial na abordagem da identidade cultural e, especialmente, da identidade literária angolana. Portanto, uma teoria da angolanidade, com todas as características de uma teoria geral, inscrever-se-á num processo de categorização que opera com pressupostos conformadores das condições necessárias à caracterização da cultura angolana, respondendo às tentações hegemónicas de outras teorias consagradas pela história do colonialismo em Angola. Por outras palavras, diremos que a teorização da angolanidade obedecerá aos imperativos de uma descolonização epistemológica. Neste esforço entificador, o conceito

11 Mário António Fernandes de Oliveira manifesta aí o abandono das ideias defendidas a partir de 1968, quando sustenta que a sua tese «centraliza-se num quadro de encontro de culturas que ilustra o contacto da literatura portuguesa com culturas africanas, numa localização em que poucas vezes tem acontecido o seu estudo, mas onde longamente se processou, a costa de Angola» (1997:11). Na corrente argumentativa, revela claramente o seu desencanto relativamente à pertinência do conceito de criouldade, quando procura justificar a sua operacionalidade perante a resistência «à aceitação da palavra “crioulo”». Apesar disso, afirma que «não encontramos outra que melhor abranja o fenómeno, desde os dicionários que se fizeram do português que nelas se fala» (*op.cit.*:15). E prossegue com proposições ambíguas e contraditórias, associando indistintamente a noção a fenómenos de natureza biológica e, por outro lado, aproximando-a dos fenómenos linguísticos e culturais. Em determinado momento parece admitir que a designação de crioulo serve «tanto os originários da Europa como os originários da América (destes, no caso dos negros, por oposição a originários da África), de que apenas a situação cultural é distintiva» (*Id.*). Em outro momento, defende que «[...] não sendo aplicável totalmente a Angola, assinala a ligação ao tráfico da criouldade, a relevância do seu papel nas Índias Ocidentais (mesmo no Brasil, onde tem uma conotação pejorativa) e a sua extensão aos “nascidos na colónia”, os “filhos do país”, como aparece escrito no caso de Angola» (*op.cit.*:16). E, por fim, escreve: «O seu conteúdo é total e simplesmente cultural e é assim que nos parece abranger quase toda a literatura do século XIX em Angola, designadamente a sua imprensa» (*Id.*).

operatório de angolanidade apresenta duas dimensões categoriais: a angolanidade arquitetónica e a angolanidade literária.

A angolanidade arquitetónica – pressuposto e arquitetura – representa a herança e a memória coletiva da tradição, a textualidade virtual, diatópica, transindividual e transdisciplinar, uma totalidade plural com dimensões parcelares que, do ponto de vista analítico, categoriza as várias esferas constitutivas de Angola como expressão unitária da existência coletiva das comunidades étnicas angolanas fundada em elementos históricos antigos que precedem o contacto com a modernidade ocidental.

A angolanidade literária é a actualização antropológica e criadora dessa categoria holística, observável na enunciação e interpretação dos textos. Ou seja, apenas uma dimensão parcial da angolanidade arquitetónica como manifestação cultural da construção imaginária do mundo, à luz das coordenadas do tempo e do espaço, isto é, condicionada pelas contingências da sua localização histórica e geográfica. Por isso, revela-se de grande utilidade o conceito de representação colectiva que pode perfeitamente traduzir a função e os contornos da angolanidade literária. Esta dimensão surge como um processo de categorização e de identidade social, ou seja, do conhecer e sentir a pertença à cultura angolana. À angolanidade literária subjaz a angolanidade-pressuposto que comporta experiências, sistema de referências, memória colectiva, sentido de passado ou história, em que se fundam as estratégias dos escritores. O texto literário é assim a materialização de uma das várias modalidades possíveis da experiência angolana. É essa pregnância de determinismos que sustenta o princípio constitutivo dos textos literários, enquanto objectos que conformam a Literatura Angolana. As respostas a potenciais questões que se colocam representam formas de interpelação da dimensão ontológica, do ser e viver coletivos. Tal interpelação é feita por intermédio de sintaxes e semânticas em que intervém um sujeito cujo

nome e assinatura acompanha os textos. E que o tempo e o espaço, ou seja, a história e a geografia relativizam. Exposta a história dos primeiros momentos da elaboração do conceito de angolanidade, e na mesma senda de outros ensaístas angolanos, entendemos a identidade cultural como projeto em cujo espectro se situa a angolanidade. Um conceito de angolanidade em que impera uma perspetiva ontológica como pressuposto da produção de um discurso teórico e crítico-literário. Sendo assim, a angolanidade literária congloba não só os resultados das estratégias de enunciação literária em língua portuguesa, mas de igual modo o sistema semiótico da oralidade, onde imperam códigos diferentes, nomeadamente paralinguísticos, cinésicos, proxémicos e lúdicos. Assentam aqui as preocupações epistemológicas que consistem em fornecer uma definição instrumental da Literatura Angolana. Na verdade, o conteúdo do referido conceito, inserido no contexto em que se aplica, levanta antes de mais um problema de pressuposto ou de normatividade. No plano categorial será um conceito-chave a partir do qual cada indivíduo define o seu lugar na sociedade angolana e desencadeia os processos avaliativos dos objectos e seus atributos. É igualmente uma categoria predicativa. Por isso, não é consistente a ideia da formação como que sincrética da Literatura Angolana, cabendo o impulso inicial à língua ou à cultura portuguesa. A ilustração da angolanidade inscreve-se naquele imperativo que visa impugnar a prática artificiosa do «assimilacionismo colonizador, o dualismo cultural, com vista a definição dos traços essenciais duma identidade nacional», porquanto «a angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação» como diria Mário Pinto de Andrade no prefácio ao livro *Poesia com Armas* de Costa Andrade. Há, pois, que partir da articulação ordenada de determinados códigos de referência, isto é, de uma ordem cultural preexistente que

atribua a essa diversidade o sentido de identidade. Tenha-se em conta, a título de exemplo, a construção do Estado e da Nação, domínios onde se realiza a angolanidade política e a angolanidade moral, duas formas de manifestação da angolanidade-pressuposto. Coloca-se aqui o imperativo da representatividade étnica no plano institucional e a valorização da ética comunitária subjacente às formas de participação política das várias comunidades étnicas. Nesta medida, importa ter em conta o facto de a consagração das línguas vernáculas nacionais, numa visão prospectiva, concorrerem para a consolidação da Nação, além das suas virtualidades de sucesso nos domínios de políticas sectoriais. Por aí não se esvazia o sentido histórico do conceito de angolanidade. É que a sua historicidade e, conseqüentemente, os sujeitos para que remete a sua construção não se encontram fora desta realidade diversa, sob o ponto de vista linguístico, antropológico ou sociológico. Todavia, identificar os sujeitos da angolanidade como protagonistas desse dualismo da criouliidade é, sem dúvida, defender um reducionismo ingénuo e abolir todo o contexto histórico e cultural subjacente ao pensamento a partir do qual se configura a produção de contra-cânones fundada na lógica da angolanidade arquitetónica, sendo esta a fonte de uma subjetividade operativa que se situa no momento histórico instaurador de um cânone potencial, donde emanam de outras categorias de canonicidade da Literatura Angolana.

3. LITERATURA ANGOLANA: DISCIPLINA EM SENTIDO EPISTEMOLÓGICO

A Literatura Angolana, entendida como objeto do conhecimento proposicional, constitui hoje uma disciplina em sentido epistemológico, por quatro ordens de razões. Em primeiro lugar, é objeto das práticas especializadas de investigação, crítica e ensino. Em segundo lugar, os conteúdos informativos e cognitivos dessas práticas, trans-

mitidos e avaliados pelas comunidades interpretativas em determinados contextos institucionais são veiculados através de um discurso de segundo grau sobre o sistema literário angolano fundado na tradição cultural e literária angolana. Em terceiro lugar, a Literatura Angolana submete-se ao teste de legitimidade através de metadiscursos produzidos por autoridades epistémicas e membros de diversas comunidades interpretativas. Em quarto lugar, o objeto de ensino da Literatura Angolana é constituído pelo conhecimento proposicional elaborado que sobre ela recai.

Portanto, o sentido epistemológico traduz aqui a possibilidade de um estatuto atribuído à Literatura Angolana por constituir uma unidade de classificação e transmissão do conhecimento proposicional produzido no domínio dos Estudos Literários Africanos. No entanto, nada autoriza a exclusividade do conhecimento proposicional, pois não é a única forma de conhecimento que é transmitida nos processos de ensino da literatura. Há que contar com as formas de conhecimento não-proposicional cujo concurso permite igualmente a aquisição de uma formação integral, no que tange ao universo global da Literatura Angolana onde coexistem os vários tipos de conhecimento enquanto conhecimento disciplinar. Reiterando a adesão à conceção veritística da epistemologia social, a avaliação dos fundamentos epistemológicos da Literatura Angolana implica o reconhecimento de instituições, comunidades e autoridades epistémicas que desenvolvem atividades de investigação, crítica e ensino, emanando daqueles fundamentos os substratos metodológicos. A virtude epistémica da excelência em demanda da qual se engajam as comunidades disciplinares ou interpretativas consagradas ao estudo da Literatura Angolana configura o tipo de problemas a ter em conta na determinação do seu estatuto epistemológico, sobretudo ao abrigo das questões suscitadas no âmbito da Epistemologia e da Filosofia Moral. Neste sentido, o ensino constitui um dos níveis a partir do qual se torna pos-

sível avaliar a pertinência do conhecimento, sua relação com a verdade e a objectividade, bem como a necessidade da sua justificação, admitindo-se a possibilidade de ocorrer a transmissão de diferentes verdades intemporais, longe de qualquer tentação essencialista, sem que tal implique a prática de um ensino intemporal.

Em última instância, o estatuto epistemológico da Literatura Angolana tem a sua âncora no pluralismo epistémico e cultural do mundo hodierno, e na paisagem política dominada pelo Estado-nação, apesar da falência do paradigma nacional em África. Assim se explica que a Literatura Angolana seja apenas mais uma literatura nacional entre outras existentes no universo da «república mundial das letras» e da «literatura-mundo» (Casanova, 1999). Na verdade, os estudos comparatistas constituem presentemente o campo disciplinar mais adequado para testar a institucionalidade de uma literatura nacional e a universalidade de programas curriculares dos estudos literários em qualquer sistema educativo, porquanto a singularidade da Literatura Angolana fundada, de igual modo, na sua história permite inscrevê-la no campo dialético e epistemológico das tensões entre o local e o universal, o uno e o diverso. Os pressupostos da Epistemologia Social sustentam a rutura que conduz à legitimação constitutiva da Literatura Angolana à semelhança do que acontece com outras literaturas nacionais em África. A formação do cânone literário angolano é um dos mais importantes processos em que se analisa a referida rutura no plano epistemológico cujo início, numa perspectiva diacrónica, ocorre através da investigação, ensino, crítica literária, antologias e bibliografias, culminando com a seletiva sistematização de uma lista de obras e autores que integram os planos curriculares do ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Angolana. Tais processos consagram o modelo institucional, na medida em que ele permite estabelecer o quadro normativo do «controlo institucional da interpretação» a que se vinculam as comunida-

des interpretativas. Para a Literatura Angola, os parâmetros desse exercício de controlo institucional têm o seu momento seminal na década de 50 do século XX, quando Mário Pinto de Andrade organiza as primeiras antologias que definem os critérios da canonicidade de um texto literário angolano, a que se seguem as sucessivas edições do livro de Carlos Ervedosa sobre história da Literatura Angolana e os textos críticos de Mário António Fernandes de Oliveira. Estas iniciativas editoriais têm uma importância extraordinária nos processos da rutura epistemológica, na medida em que, como diria Cláudio Guillén, «difícil es concebir la existência de una cultura sin cânones, autoridades e instrumentos de autoselección» (2005:375). Como veremos mais adiante o ciclo inaugural completa-se com os dispositivos que conformam a prática pedagógica.

4. LITERATURA ANGOLANA: DISCIPLINA ESCOLAR

Se tivermos em atenção a sua historicidade e a definição instrumental de disciplina na sua tripla aceção, a Literatura Angolana adquire efetivamente o estatuto disciplinar e escolar a partir de janeiro 1975 com o processo de descolonização de Angola a que se seguiu a criação de um Governo de Transição que conduziria o País à independência política. Define-se então o primeiro cânone pedagógico oficial. É sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura que se realizam mudanças parciais na organização curricular do ensino, consistindo na introdução de novos conteúdos programáticos. O que viria a acontecer com a primeira reforma curricular do período pós-independência em 1977. Mas essa consagração institucional da Literatura Angolana não se traduzia num ensino de qualidade para as exigências do momento. Era no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa que se ministravam os conteúdos programáticos da Literatura Angolana. Ao passar em revista os materiais do II e III níveis do ensino de base do subsistema do ensino secundário, nomeadamente 6.^a, 7.^a e 8.^a clas-

ses, verifica-se que os programas da disciplina de Língua Portuguesa anulavam a relevância do texto literário. O mesmo ocorria, talvez em menor escala, no ensino médio. Neste último nível a disciplina era leccionada apenas durante dois anos (9.^a e 10.^a classes). Predominava um modelo de ensino assente na gramática da língua. O tipo de recursos didáticos era uniforme para todos os níveis. Observava-se apenas uma variação na tipologia de textos seleccionados e seus temas. Os textos planificados para a 5.^a e 6.^a classes obedeciam à esquematização temática do programa da disciplina de Ciências Sociais. Por sua vez, os temas da 7.^a e 8.^a obedeciam a critérios diferentes. Esta disparidade acrescida do peso conferido a antologia *Textos Africanos de Expressão Portuguesa* fornecia o perfil caótico do ensino de matérias respeitantes à Literatura Angolana porque assentava numa perspectiva de integração curricular dominada pela transversalidade de temas que pelas suas afinidades identificavam várias disciplinas. O recurso à referida antologia concitava a uma actividade pedagógica assente na leitura de textos fragmentários, aparentemente articulados entre si devido ao critério com que se operava. Quanto a mim, o ensino da Literatura Angolana realizado nestes moldes merecia as seguintes críticas:

- a) Uma abordagem da literatura fora da sua historicidade, apagando a perspectiva da história da literatura, a perscrutação de registos linguísticos e sistemas ideológicos no seu contacto com o passado;
- b) A predominância de excertos deslocando-os do quadro de sentidos das obras e conseqüentemente o imaginário caótico transmitido ao aluno.

Explicava-se deste modo o incharacterístico ensino da Literatura Angolana que perdurou nas escolas angolanas até 2000. No decurso do ano letivo de 1992-93, exercendo atividade docente, inquiri alunos

do ensino médio de uma comunidade escolar da cidade de Benguela com uma população de cerca de 1600 estudantes de estabelecimentos do ensino técnico (Instituto Industrial), ensino normal (Instituto Normal) e pré-universitário. A amostra privilegiava a população do Instituto Industrial. Pretendíamos obter confirmações de uma hipótese que continha mais de duas variáveis. A hipótese é a seguinte: a motivação dos alunos relativamente à disciplina de Língua Portuguesa, baseada na sua ministração assente em textos de autores angolanos (Literatura Angolana), bem como a necessidade da sua extensão aos currículos de todo o curso médio, representa uma virtualidade de êxito na aprendizagem da língua portuguesa. Não haverá sucesso escolar se a língua portuguesa for aprendida na base de um contexto sociocultural exógeno.

Definimos três variáveis: a) motivação para a aprendizagem da Língua Portuguesa; b) motivação para o estudo da Literatura Angolana; c) necessidade de distribuir as duas matérias por todo o currículo do ensino médio; d) garantia de melhor formação geral dos alunos. Para o efeito foram elaborados dois tipos de questionário. O primeiro com apenas uma questão e dois itens: Gostaria de continuar a estudar a disciplina de língua portuguesa? Porquê?

O segundo com três questões: 1.^a O que prefere: estudar a língua portuguesa com base em obras de autores angolanos ou em obras de autores portugueses 2.^a Qual a sua língua materna? 3.^a Utiliza a língua materna na conversa com os pais, com os tios, primos, irmãos ou com amigos?

Com o primeiro tipo de questionário visava-se a obtenção de informações acerca da motivação dos alunos quanto à extensão da disciplina a duas classes do ensino médio em que não se lecionava a língua portuguesa, nomeadamente 11.^a e 12.^a.

O segundo tipo visava colher informações a respeito de textos literários preferidos e autores, entre angolanos e portugueses. O que de

modo acessório podia dar indicações quanto ao interesse pelo estudo da literatura. Pretendia-se ainda conhecer o perfil sociolinguístico dos alunos inquiridos, o lugar da língua portuguesa no seu *habitus* linguístico e definir os contornos da situação de diglossia dos alunos.

Foram inquiridos aproximadamente 250 alunos. Ao primeiro questionário responderam 163 alunos. Foram obtidas 128 respostas positivas. O que representava 78,6%; 36 respostas negativas representando 21,4%. Deste conjunto temos 108 homens, representando 84,4% e 20 mulheres representando 15,6%. No cômputo das respostas positivas verificou-se que 43 eram alunos da 12.^a classe, perfazendo 33,5%; 20 alunos da 11.^a classe representando 15,6% e 61 eram alunos da 10.^a classe, representando 47,6%. Os restantes 3,1% correspondiam a fichas mal preenchidas.

Das 36 respostas negativas, observava-se que 3 eram de alunos da 12.^a classe, correspondendo a 6,6% 12 alunos da 11.^a classe. O que correspondia a 37,5%; e 18 alunos da 10.^a classe, representando 22,8%.

O segundo tipo de questionário foi distribuído a 93 alunos. Foram obtidas 57 respostas que apontam a preferência de autores angolanos representando 68,4%; 18 são de alunos monolíngues, representando 31,6%; 50 são homens, representado 87,8% e 7 são mulheres, representando 12,2%. Das 93 respostas a respeito de autores (angolanos ou portugueses), 36 apontam a preferência de autores portugueses, representando 38,8%; 19 respostas são de alunos bilingues, representando 52,7% e 17 são de alunos monolíngues, o que representa 47,3%

Os factos eram eloquentes. E não aconselhavam qualquer atitude de indiferença perante o ensino da Literatura Angolana como componente importante da aprendizagem da Língua Portuguesa. Ao pretender determinar o nível de motivação dos alunos para o estudo da Literatura Angolana, verificou-se que, dentre as respostas favoráveis, 68,4% eram de alunos bilingues. Portanto, não era razoável

manter uma expectativa de rentabilidade, enquanto não se realizasse a aprendizagem com recurso a instrumentos didáticos que incorporassem matérias que do ponto de vista psicológico suscitasse algum interesse dos alunos, correspondendo à sua motivação. A motivação era entendida como situação de necessidade manifesta que conduzia à disponibilidade psicológica dos alunos e que se traduzia em atitudes de natureza cognitiva e afetiva, neste caso, perante a Literatura Angolana e a língua portuguesa.

De acordo com as percentagens da amostra em análise, concluímos o seguinte: a distribuição das frequências é uma expressão da atitude dos alunos condicionada por fatores de ordem pedagógica e sociolinguística. Verificou-se igualmente que 78,6% dos alunos respondia afirmativamente a respeito da extensão curricular da disciplina de língua portuguesa, contra apenas 21,4% de respostas negativas. E por que razão?

Ao passar em revista as respostas afirmativas, isto é, respondendo à interrogativa «porquê», verificou-se que eram invocadas duas razões justificativas:

- O ensino da língua portuguesa era deficiente nos níveis anteriores e a preparação dos alunos era má;
- O tempo de aprendizagem da língua portuguesa era insuficiente.

Na primeira, os alunos referiam-se à qualidade da formação obtida no ensino do II nível (no quadro do actual sistema educativo, constitui o I ciclo do ensino secundário) e na segunda sublinhavam a necessidade de se prolongar o tempo de aprendizagem desta disciplina.

Por outro lado, a análise dos 21,4% de respostas negativas e respectivas justificações, permitia a identificação de duas razões:

- Sobrecarga curricular num curso técnico em que a disciplina é dispensável;
- Aprendizagem suficiente até à 10.^a classe.

Os 36 alunos incluídos neste último conjunto frequentavam o Instituto Médio Industrial. Daí a referência ao curso técnico.

Portanto, as respostas dos alunos aos dois itens do primeiro modelo de questionário constituem a expressão de uma atitude de natureza cognitiva condicionada por fatores de ordem didactico-pedagógica.

A distribuição de frequências, relativa à variável «motivação para o estudo da Literatura Angolana» é de igual modo elucidativa. Sobre ela pesam fatores sócio-linguísticos, tendo em atenção o perfil dos alunos. Para todos os efeitos, concluía-se que grande parte da amostra era constituída por alunos bilingues. Dos que eram favoráveis ao estudo da Literatura Angolana, 68,4% eram bilingues. E pela leitura do perfil sócio-linguístico, 42,7% dos alunos são bilingues tendo como língua materna o Umbundu e o Português como língua segunda. Quanto aos alunos que preferem o estudo de autores portugueses, registava-se uma frequência igual de bilingues (Umbundu/Português).

Um outro aspeto digno de nota é o facto de fazerem parte da população escolar inquirida locutores pertencentes a três diferentes grupos etno-linguísticos, nomeadamente Kimbundu, Kikongo e Cokwe.

Fica demonstrada a influência de fatores sociolinguísticos na qualificação da variável independente «motivação para o estudo da Literatura Angolana». Perdendo-se de vista a qualificação desta e doutras variáveis, admitir-se-ia a possibilidade de insucesso na aprendizagem da língua portuguesa. Se tivéssemos em consideração o tipo de juízos que os alunos formulavam nas suas respostas, notar-se-ia que o conteúdo e, por conseguinte, as motivações positivas dependiam em grande medida da experiência e conhecimentos adquiridos. Sob o ponto de vista do desenvolvimento dos atos pedagógicos, das motivações positivas relativamente à língua portuguesa e à Literatura Angolana, pode dizer-se que a qualidade da motivação inicial joga um grande papel em processos ulteriores.

Na verdade, foi possível confirmar a importância da motivação inicial nas aulas de Português administradas a turmas da 10.^a classe do Instituto Médio Industrial. Os alunos bilingues suscitavam a curiosidade dos colegas monolíngues, quando reagiam a perguntas que conduziam a debates sobre o valor e função das línguas vernáculas nacionais. Tais debates inscreviam-se no âmbito do primeiro capítulo do programa curricular que versava sobre «a problemática da língua portuguesa em Angola». Os alunos bilingues demonstravam a natureza falaciosa das adjetivações habitualmente atribuídas às línguas autótones no período colonial. Em vários momentos do debate demonstravam a existência de operações de cálculo aritmético realizadas em língua Umbundu.

Ao chegar ao fim da primeira unidade didática que compreendia «a problemática da língua portuguesa e algumas considerações sobre as línguas bantu de Angola», verificou-se que os alunos produziam algumas generalizações. Os mais perspicazes estabeleciam analogias. Do mesmo modo que as línguas nacionais não são inferiores em relação à língua portuguesa, também a terapêutica tradicional era tão válida quanto a medicina hospitalar. Os termos da comparação destas duas formas de medicina resultavam da interpretação de um capítulo do romance *Manana*, nomeadamente «A Minha Sogra». Mas essa generalização não ocorria espontaneamente. Para tal contribuía o facto de os conceitos de bilinguismo, interferência linguística (lexical e gramatical) e outros terem sido apresentados ao mesmo tempo em que se procedia a análise de discursos e registos linguísticos em Kimbundu de algumas personagens desse romance. A conclusão imediata, após as considerações tecidas a respeito da hipótese que governou o questionário, conduzia a novos problemas. Admite-se a possibilidade de alternativas para um ensino da língua portuguesa que passaria obrigatoriamente pelo ensino da Literatura Angolana. É que a eficácia deste ensino colocava importantes desafios. Que teo-

rias e metodologias adotar para o ensino da língua portuguesa e da Literatura Angolana?

Observados os contextos institucionais o ensino da Literatura Angolana deve assentar no princípio do enraizamento cultural, desdobrando-se em tantos outros processos que culminam com a formação de leitores.

Nesta medida, o apuramento dos resultados do questionário suscitava a necessidade de determinar a instância sobre a qual recaía a responsabilidade em casos de insucessos na aprendizagem da leitura e interpretação do texto literário angolano. Não haveria respostas à questão formulada, se a instituição literária em sentido amplo fosse ignorada e se o carácter operatório do conceito de campo literário não fosse adequado à singularidade da história e da cultura. A título de exemplo, a melhor prova pode ser obtida através da «razão oral» (Diagne, 2005) que predomina na transmissão das formas literárias em África. Nesta hipótese, a responsabilidade pelos insucessos na aprendizagem da leitura do texto literário africano pode ser imputada aos agentes epistémicos que constituem as comunidades interpretativas e instâncias críticas, quando despojam as suas grelhas metodológicas de uma orientação axiológica. Trata-se de uma responsabilidade de ordem ética que privilegia o ponto de vista do agente epistémico e se deixa apreender como encruzilhada do valor e do sentido, isto é, da ética e da hermenêutica. É um apelo inequívoco ao princípio da caridade e do respeito para evitar falácias na prática da transmissão de conhecimentos.

Portanto, em 2001 esperava-se que a reforma curricular desencadeada em Angola viesse responder às exigências de um novo sistema educativo cuja implementação decorreria até 2015, de acordo com a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. No âmbito da referida reforma, foi elaborado o plano curricular do I e II ciclos do ensino secundário em que se define a Literatura

como disciplina obrigatória cuja denominação curricular afasta qualquer confusão com a Literatura Angolana. Trata-se apenas de um «Programa de Literatura». Na sua introdução geral, lê-se o seguinte: «O Ensino da Literatura como disciplina autónoma para 11.^a e 12.^a classes do Ensino Secundário justifica-se por várias razões embora não entendendo uma autonomia como factor de afastamento de estudo sistemático da língua [...]». Atendendo aos imperativos da realidade cultural do país e ao tipo de necessidades formativas das crianças e jovens angolanos revelava-se necessário propor a introdução da disciplina de Literatura Angolana no referido currículo do subsistema do ensino secundário. É uma disciplina que corresponderia a alguns objectivos propostos pela reforma educativa, nomeadamente, à promoção de «uma nova consciência nacional baseada na tolerância, no respeito por si próprio e pelos outros, na identidade cultural, e na cultura da paz.»; «revalorização do património cultural nacional, [...] promoção de vectores que veiculem o património cultural e em particular as línguas nacionais» (Ministério da Educação, 2001).

Se a disciplina de Literatura Angolana pode com a sua dimensão cognitiva e humanística contribuir decisivamente para a formação integral do cidadão Angolano, jovem ou adulto, entendemos que deve fazer parte de todas as matrizes curriculares das classes do ensino secundário. A partir do 1.^o ciclo do ensino secundário o aluno entraria em contacto com a disciplina de Literatura Angolana que teria como base os fundamentos da sua história. Apesar de não ser uma disciplina escolar do ponto de vista da sua denominação, na grelha curricular actual, paradoxalmente, a Literatura Angolana constitui apenas parte substantiva dos conteúdos programáticos das diversas classes do ensino secundário. Essa discrepância entre a denominação da disciplina e os conteúdos curriculares configura a existência de um problema de ordem semântica que importa equacionar a nível do subsistema do ensino superior onde a investigação poderá ser orien-

tada para a consolidação da disciplinaridade da Literatura Angolana, sem perder de vista as potencialidades da articulação interdisciplinar no contexto das Literaturas Africanas, das Literaturas de Língua Portuguesa e da Literatura-Mundo.

5. LITERATURA ANGOLANA: DISCIPLINA ACADÉMICA

Em Angola, o ensino da Literatura Angolana ao nível universitário no âmbito de uma formação específica, iniciado nos anos 70 do século XX, foi interrompido por mais de uma década desde 1980. A situação alterar-se-ia dezasseis anos após a extinção da Faculdade de Letras do Lubango, por força de um relatório da Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto, encomendado pelo governo de Angola ao abrigo de um contrato com o Banco Mundial, visando a elaboração de um diagnóstico sobre estado da Universidade Agostinho Neto, única instituição de ensino superior na época. O referido relatório apontava a «inexistência de uma unidade orgânica dedicada às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas», considerando-a a «carência mais evidente da Universidade Agostinho Neto (UAN), em termos da sua organização interna em função da cobertura dos diferentes domínios do saber». (Universidade do Porto, 1996:433). Por essa razão, os autores do relatório recomendavam a criação de uma escola, no âmbito da Universidade Agostinho Neto, com dupla valência, das Letras e Humanidades, por um lado e das Ciências Sociais e Humanas, por outro, devendo constituir um dos eixos de reestruturação e relançamento do ensino superior em Angola (*op. cit.*:434).

Quando em 1980, cinco anos após a independência do País, foi extinta a Faculdade de Letras do Lubango, o ensino das línguas e literaturas obedecia ao modelo instaurado pelo regime dos Estudos Gerais Universitários de 1963. Após o 25 de abril de 1974, quando se dá a queda do fascismo em Portugal, as reformas introduzidas no

currículo consistiram na inserção de cadeiras como Literatura Angolana e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Desde a criação do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), em 1981, que substituiu a Faculdade de Letras do Lubango, assistiu-se a uma silenciosa ausência dos estudos literários e ao desenvolvimento de um fragmentário e parcial ensino da Literatura Angolana nas escolas secundárias e na universidade. Este panorama inóspito foi suavizado com a inscrição da disciplina de Literatura Angolana no currículo do curso médio de jornalismo criado em Luanda nos anos 90 do século passado. Apesar das iniciativas isoladas, respeitantes ao ensino e reconhecida a pujança da criação literária, continuava a verificar-se uma resistência à mudança do ponto de vista epistemológico perante os textos literários. O que dificultava, por conseguinte, a prática de novas leituras. O feitichismo da teoria literária e da crítica literária ocidental continuava a ser avassaladora, pois impregnava a consciência dos professores e dos leitores. Ora, não deixava de ser um paradoxo o facto de, por um lado, fazer-se a apologia da angolanidade que devia constituir a ossatura da historiografia literária, concorrendo para a formação de um cânone literário angolano e, por outro lado, a inexistência do ensino e da investigação de estudos literários ao nível universitário. Perante semelhante lacuna, precariamente preenchida por uma actividade crítica que contava apenas com alguns cultores, expande-se o fascínio das publicações em língua portuguesa e o poder sedutor dos discursos críticos produzidos em Portugal e Brasil, através dos quais são veiculadas leituras ancoradas a perspectivas teóricas destinadas a públicos portugueses e brasileiros. Assim, o vazio existente em matéria de estudos literários e consequentemente a fraca produção da crítica literária endógena, foi dando origem à difusão caótica de manuais alicerçados do modelo pedagógico português pelas escolas secundárias, pois ele acompanhava o ensino da língua portuguesa, por meio do qual se pretendia iniciar os alunos,

estudantes e leitores em geral no conhecimento da Literatura Angolana. Apesar disso, o sistema literário angolano contava com outros segmentos que lhe asseguram a sobrevivência, especialmente a associação de escritores, as editoras, os órgãos de comunicação social e as livrarias, além da intervenção do Estado no domínio de políticas públicas específicas.

Com a criação da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, em 2003, a Literatura Angolana reassumia o seu lugar no espectro das disciplinas académicas, após a sua curta existência no dealbar da independência de Angola. Presentemente, a Literatura Angolana é lecionada em diversas Universidades que oferecem cursos de licenciatura e mestrado em Línguas, Literaturas e Comunicação.

Ora, ao pretender legitimar um sistema literário nacional com identidade própria torna-se indispensável o recurso a uma geo-epistemologia ou a localização epistemológica. E a legitimação não pode ocorrer sem que para tal se constitua um cânone, pois não existem cânones universais. Por essa razão, deveremos operar com um certo relativismo na formação do cânone literário angolano, se quisermos ter em atenção os factores que o modelam nos sistemas educativos modernos. A seleção deste cânone será evidentemente diferente do estabelecido nos sistemas de ensino estrangeiros em que se realizam estudos das Literaturas Africanas. Isso mesmo ocorre relativamente ao subsistema de ensino superior de Portugal onde a disciplina de «Literatura Africana de Expressão Portuguesa» ou «Literaturas Africanas de Língua Portuguesa» ocupa um lugar marginal no plano curricular de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses ou Estudos Lusófonos. Neste esforço que visa a determinação do cânone literário angolano e procedendo com a devida seletividade, não nos podemos coibir de excluir as obras literárias que refletem a ausência dos Angolanos e a negação da sua

existência do ponto de vista ontológico. É o caso da noveleta *Nga Muturi* de Alfredo Troni, a obra do poeta português Tomás Vieira da Cruz, a trilogia romanesca de Castro Soromenho e o romance *Yaka* de Pepetela.

Até aqui temos vindo a operar com um modelo de formação do cânone literário tal como se apresenta na tradição ocidental desde Platão, passando pelo projeto da modernidade europeia inaugurada pela Revolução Francesa, em que a literatura funciona como «destacado agente de coesão sócio-cultural» e da construção da nação. Exactamente por isso, a geo-epistemologia dos discursos sobre Angola legitima as indagações acerca do alcance e eficácia das estratégias que subjazem a esse modelo de formação do cânone literário. Ora, se obedecermos aos apelos que se impõem à historiografia literária angolana, em que o conceito de Literatura Angolana não se resume aos textos literários escritos em língua portuguesa, pois alarga-se aos textos escritos em línguas nacionais e aos textos orais, seremos forçados a rever o processo de formação do cânone literário. Na verdade, já no século XIX surgiram em Angola, insignes defensores das literaturas orais e da sua importância. Na primeira linha, destaca-se o escritor Joaquim Dias Cordeiro da Matta que tinha já uma perfeita noção do peso da tradição oral em geral. A testemunhá-lo estão as palavras do missionário suíço, Héli Chatelain, no prefácio do seu *Folk-Tales of Angola*, escreve: «The future of native Angolan literature in Ki-mbundu, [...] is now practically assured. J. Cordeiro da Matta, the negro poet of the Quanza River, has abandoned the Portuguese muse in order to consecrate his talents to the nascent national literature» (1894:viii).

Ora, a disciplinaridade académica da Literatura Angolana não pode prescindir dos fundamentos históricos da formação do cânone literário angolano que, como vimos, mergulha as suas raízes no século XIX cujas manifestações de inspiração romântica ocorrem

através da recuperação das tradições literárias orais por iniciativa de jornalistas e escritores angolanos, e missionários protestantes. Pode dizer-se que a argumentação sobre a canonicidade da literatura oral angolana, na sua primeira fase, está radicalmente associada ao exercício da liberdade de imprensa, respeitando os ditames dos ideias liberais e republicanos, e à acção evangelizadora dos protestantismos de origem norte-americana que se implantam em Angola. A produção de contra-cânones prossegue como negação dos cânones oficiais coloniais sucedendo-lhe a fundação de uma literatura moderna no século XX.

Portanto, a consagração institucional da Literatura Angolana e o seu estatuto de disciplina académica exige que as autoridades epistémicas e as comunidades interpretativas convoquem outro tipo de convenções constitutivas de acordo com os fundamentos da Filosofia da Literatura, transpondo o monismo do conceito institucional da literatura.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Áurea (1982). *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica (1836/1860). Contribuição Monográfica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Agência Geral do Ultramar (1969). *Concursos de Literatura Colonial*, Lisboa.
- ANDRADE, Costa (1962). «“L’Angolanité” de Agostinho Neto et António Jacinto», in *Présence Africaine, Revue Culturelle du Monde Nor*, n.º 42, 3.º trimestre, pp. 76-91.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1962). «Littérature et Nationalisme en Angola», *Présence Africaine*, n.º 41, 2.º Trimestre, pp. 91-99.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1952). «Questões de linguística bantu – Da posição do ‘Kimbundu’ nas línguas de Angola», in *Mensagem I e II*, Luanda, julho de 1951, p. 6; e n.º 2/4, outubro, pp. 31-32 e p. 38.

- ANDRADE, Mário Pinto de (1951). «A Literatura Negra e os seus problemas», in *Mensagem*, Lisboa, ano III, n.º 12 (janeiro-julho de 1951), pp. 1-3; ano IV, n.º 13 (janeiro de 1952), pp. 11-14.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1953). «Esquema do Problema Linguístico Negro-Africano», in *Vértice*, vol. 13, n.º 114. Coimbra, fevereiro, pp. 102-104.
- ANTÓNIO, Mário (1964). «Literatura Angolana. Contributo para uma definição», *Ultramar* (Lisboa), V (1), 15, pp. 81-92.
- ANTÓNIO, Mário (1964). «Nota sobre o sistema cultural atlântico português», in *Espiral*, Lisboa, ano I, n.º 4-5, Inverno, pp. 99-100.
- ANTÓNIO, Mário (1961). «Poder-se-á Falar de uma Tradição Literária Angolana?», *Jornal de Angola*, n.º 113, p. 1-2.
- ANTÓNIO, Mário (1968). «Tomaz Vieira da Cruz, Poeta», in *Luanda – Ilha Crioula*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, pp. 129-145.
- ANTÓNIO, Mário (1968). *Luanda “Ilha” Crioula*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- ANTÓNIO, Mário (1990). *Reler África*, Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *As Regras da Arte. Génese e estrutura do Campo Literário*, Lisboa: Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- CASANOVA, Pascale (1999). *La République Mondiale des Lettres*, Paris: Éditions du Seuil.
- Chatelain, Héli (1894). *Folk Tales of Angola (Fifty tales, with ki-mbundu text literal English Translation, introduction and notes)*, Boston and New York: Houghton, Mifflin and Company.
- COSME, Leonel (2001). *Crioulos e Brasileiros de Angola*, Lisboa: Novo Imbondeiro.
- DIAGNE, Mamousse (2005). *La Critique de la Raison Orale. Les Pratiques Discursives en Afrique Noire*, Paris : Celtho-IFAN-Karthala.

- DIAS, Jill R. (1984). «Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1, Janeiro-Junho, pp. 61-93.
- ERVEDOSA, Carlos (1973). *Resenha Histórica da Literatura Angolana*, Luanda, Universidade de Luanda.
- FERREIRA, Manuel (1989). *O Discurso no Percurso Africano I*, Lisboa, Plátano Editora.
- FREYRE, Gilberto (s.d.) *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil.
- GÓMEZ-MARTINEZ, José Luis (1999). «“Mestizaje” y “frontera” como categorías culturales iberoamericanas», <http://ensayo.rom.uga.edu/enlaces/pensamiento.htm>. [Consultada a 4 de outubro de 2015.]
- GUILLÉN, Claudio (2005). *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada (Ayer y Hoy)*, Barcelona: Tusquets Editores.
- JORGE, Manuel (1998). *Para Compreender Angola*, Lisboa, Dom Quixote.
- LARANJEIRA, Pires (1999). «La Littérature coloniale portugaise», in Jean Sévry. (ed.). *Regards sur Les Littératures Coloniales. Afrique Anglophone et Lusophone*, Tome III, Paris, L’Harmattan.
- LARANJEIRA, Pires (1998). «Literatura, Cânone e Poder Político», comunicação ao I Encontro Internacional sobre Literatura Angolana, Luanda, Dezembro.
- LARANJEIRA, Pires (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MACEDO, Jorge (1989), *Poéticas na Literatura Angolana*, Luanda, INALD.
- MARGARIDO, Alfredo (1989). «Algumas formas da hegemonia Africana das relações com os europeus», in *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, I.I.C.T.
- MARGARIDO, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, edições universitárias lusófonas.
- MARGARIDO, Alfredo (1980). *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Regra do Jogo.

- MARQUES, A.H.Oliveira (coord.) (2001). *Nova História da Expansão Portuguesa (Vol. XI). O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATA, Inocência (2001). *Literatura Angolana. Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta*, Lisboa: Mar Além.
- MELO, João (1994). *Comunicação, Poder e Identidade Nacional*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 215.
- MIGNOLO, Walter D. (2013) «Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos». Disponível em <http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html>. Consultada a 17 de Setembro de 2015.
- Ministério da Educação (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)*, Luanda.
- Ministério da Educação (2012). *Programa de Literatura – 11.ª e 12.ª classe*, INIDE.
- Moreira, Adriano (1956). «As Elites das Províncias Portuguesas de Indígenato (Guiné, Angola, Moçambique)», *Garcia de Orta*, Lisboa, 4 (2), pp. 159-189.
- MOREIRA, Adriano (1995). «A Violência nos meios de comunicação social», Comunicação apresentada na sessão sobre «A violência portuguesa – uma trajetória singular», in *Alta Autoridade para a Comunicação Social*, (Colóquio Internacional, outubro de 1993), Lisboa, pp. 77-84.
- NETO, Agostinho (1959). «Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana», in *Mensagem*, ano III, n.º 5-6, Lisboa: CEI.
- NETO, Agostinho (1980). «Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana», in *Revista ÁFRICA.Literatura, Arte e Cultura*, n.º 7 (janeiro-março), Lisboa: África Editora.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1997). *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- PÉLISSIER, René (1978). *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola, 1926-1961*, Montamets, Orgeval, Editions Péliissier.
- PINTO, Alberto Oliveira (2013). *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PROENÇA Maria Cândida (1997). *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e Destino Histórico*, Lisboa: Edições Colibri.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). *Pela Mão de Alice-O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Afrontamento.
- TENREIRO, Francisco e Andrade, Mário Pinto de (1982). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa: África – literatura, arte e cultura.
- TENREIRO, Francisco e Andrade, Mário Pinto de (2012). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Vila Nova de Cerveira: NósSomos.
- TRIGO, Salvato (1986). *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa: Vega.
- TRIGO, Salvato (1977). *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto: Brasília Editora.
- TRONI, Alfredo (1973). *Nga Muturi*, 2.^a edição, prefácio de Mário Antóno, Lisboa: Edições 70.
- VENÂNCIO, José Carlos (1996). *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa: Vega.
- VENÂNCIO, José Carlos (1992). *Literatura versus Sociedade*, Lisboa: Vega.
- VENÂNCIO, José Carlos (1987). *Uma Perspetiva Etnológica da Literatura Angolana*, Lisboa: Ulmeiro.

Documentos de arquivo e publicações periódicas

- Acta da fundação e Estatutos do Partido Comunista de Angola.1955, *Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, Caixa Angola.
- Angola*, órgão da Liga Nacional Africana.
- Mensagem*, órgão da Associação dos Naturais de Angola.
- Cultura*, órgão da Sociedade Cultural de Angola.

- Vértice*, vol. 13, n.º 114. Coimbra, fevereiro de 1953.
- Mensagem I e II*, Luanda, julho de 1951; n.º 2/4, outubro de 1952.
- Mensagem*, Lisboa, ano III, n.º 12 (janeiro-julho de 1951), ano IV, n.º 13 (janeiro de 1952).
- Farolim*, Luanda, 1946.
- Présence Africaine*, n.º 4-5, Out-Nov, 1955, pp. 24-35.
- Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola*, sábado, 9 de outubro de 1869, p. 487.
- Présence Africaine*, Revue Culturelle du Monde Nor, n.º 42, 3.º Trimestre, 1962, pp. 76-91.
- Présence Africaine*, n.º 41, 2.º Trimestre, 1962, pp. 91-99.
- Ultramar* (Lisboa), V (1), 15, 1964.
- Espiral*, Lisboa, ano I, n.º 4-5, Inverno.
- Jornal de Angola*, Associação dos Naturais de Angola, 1961, n.º 113.

ABSTRACT

The disciplinarization process of Angolan Literature is addressed in the analytical framework of a disciplinary history which starts from the colonial situation, highlighting the agency of Angolan native elites and their reactions against the colonial literary canon and consequently the production of counter-canons and counter-literatures by a coherent discourse setting up an alternative modernity. Similar exercise calls the concept of arquitopic Angolanity in a dialectic of legitimation discourses that opposes it to the concept of creoleness. Thus, it is recognized the Angolan literature as an object of a propositional knowledge from which derives, on the one hand, its epistemological and academic status, on the other hand, the fundamentals of the Angolan literary canon. Therefore, it is stressed an advocacy for a legitimation concerning the criticism to the dominant models of teaching and research of the Angolan literature in a holistic perspective, exploring the institutionality of oral literatures.

Keywords: Angolan Literature; disciplinarization; literary canon; legitimation discourse; epistemological status; literary Angolanity.

RESUMO

O processo de disciplinarização da Literatura Angolana é aqui abordado no quadro analítico de uma história disciplinar que, partindo da situação colonial, destaca a agência das elites nativas angolanas e suas reações contra o cânone literário colonial português e, conseqüentemente, a produção de contra-cânones e contra-literaturas através de um discurso coerente que configura a formação de uma modernidade alternativa. Semelhante exercício convoca o conceito de angolanidade arquitópica numa dialética de discursos legitimadores que o opõe ao conceito de criouldade. Deste modo, reconhece-se a Literatura angolana enquanto objecto de um conhecimento proposicional de que deriva, por um lado, o seu estatuto epistemológico, escolar e académico, por outro lado, os fundamentos do cânone literário angolano. Portanto, faz-se a advocacia de uma legitimação da crítica aos modelos dominantes de ensino e investigação da Literatura Angolana, entendida esta numa perspectiva holística, compreendendo a institucionalidade das literaturas orais em línguas nacionais.

Palavras-chave: Literatura Angolana; Disciplinarização; cânone literário; discurso legitimador; estatuto epistemológico; angolanidade literária.

